



FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do auditor independente

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice	Pág.
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	2
Balanços patrimoniais - Ativo	6
Balanços patrimoniais - Passivo e patrimônio líquido	7
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	9
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	10
Nota 1 - Contexto operacional	11
Nota 2 - Base de elaboração e apresentação	14
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa	14
Nota 4 - Empréstimos concedidos à terceiros	14
Nota 5 - Créditos com terceiros	15
Nota 6 - Impostos à recuperar	15
Nota 7 - Imobilizado	16
Nota 8 - Fornecedores	16
Nota 9 - Obrigações fiscais	16
Nota 10 - Obrigações trabalhistas e sociais	16
Nota 11 - Patrimônio líquido	17
Nota 12 - Doações recebidas	17
Nota 13 - Trabalho voluntário	17
Nota 14 - Despesas com projetos	17
Nota 15 - Despesas por natureza	18
Nota 16 - Resultado financeiro	19
Nota 17 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	19
Nota 18 - Renúncia fiscal	21



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Administradores do

Fundo JBS pela Amazônia

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo JBS pela Amazônia (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo JBS pela Amazônia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2024

KPMG Assurance Service Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.725	25.523
Empréstimos concedidos a terceiros	4	506	-
Créditos com terceiros	5	32	-
Impostos a recuperar	6	898	22
Outros ativos circulantes		-	13
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>4.161</u>	<u>25.558</u>
NÃO CIRCULANTE			
Créditos com terceiros	5	6.000	-
Imobilizado	7	32	42
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>6.032</u>	<u>42</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>10.193</u>	<u>25.600</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	26	252
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	-	618
Obrigações fiscais	9	9	29
Obrigações trabalhistas e sociais	10	650	790
Outros passivos circulantes		6	1
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>691</u>	<u>1.690</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	11	23.910	38.215
Déficit do exercício		(14.408)	(14.305)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>9.502</u>	<u>23.910</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>10.193</u>	<u>25.600</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
RECEITAS SOCIAIS		4.979	9.442
Doações recebidas	12	1.580	6.041
Trabalho voluntário	13	3.399	3.401
DESPESAS COM PROJETOS	14	(12.047)	(14.831)
DÉFICIT BRUTO		(7.068)	(5.389)
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Administrativas e gerais		(6.373)	(6.945)
Trabalho voluntário		(3.399)	(3.401)
Propaganda e marketing		(185)	(245)
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS		(9.957)	(10.591)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(17.025)	(15.980)
Receita financeira	16	2.629	1.675
Despesa financeira	16	(12)	-
		2.617	1.675
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(14.408)	(14.305)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio social	(Déficit) Superávit acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>-</u>	<u>38.215</u>	<u>38.215</u>
Transferência para o patrimônio social	11	38.215	(38.215)	-
Déficit do exercício		<u>-</u>	<u>(14.305)</u>	<u>(14.305)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>38.215</u>	<u>(14.305)</u>	<u>23.910</u>
Transferência para o patrimônio social	11	(14.305)	14.305	-
Déficit do exercício		<u>-</u>	<u>(14.408)</u>	<u>(14.408)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>23.910</u>	<u>(14.408)</u>	<u>9.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(14.408)	(14.305)
Ajustes por:			
Depreciação	7	25	19
Resultado financeiro líquido	16	(2.617)	(1.675)
		<u>(17.000)</u>	<u>(15.961)</u>
Varição em:			
Impostos a recuperar		(227)	(22)
Outros ativos circulantes		13	(13)
Fornecedores		(226)	98
Imposto de renda e contribuição social		(618)	(554)
Obrigações fiscais		(110)	(127)
Obrigações trabalhistas e sociais		(140)	238
Outros passivos circulantes		5	1
		<u>(1.303)</u>	<u>(379)</u>
Variações em ativos e passivos operacionais			
Juros pagos	16	(12)	-
Juros recebidos	16	2.032	2.979
		<u>(16.283)</u>	<u>(13.361)</u>
Caixa líquido de juros aplicado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos a terceiros	4	(500)	-
Créditos com terceiros	5	(6.000)	-
Adições de ativo imobilizado	7	(15)	(21)
		<u>(6.515)</u>	<u>(21)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Varição líquida		(22.798)	(13.382)
Caixa e equivalentes de caixa inicial		25.523	38.905
Caixa e equivalentes de caixa final		<u><u>2.725</u></u>	<u><u>25.523</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

O Fundo JBS pela Amazônia (Fundo) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, constituída em 28 de setembro de 2020, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 2021. Possui prazo de duração indeterminado, sede na cidade de São Paulo, tendo como associadas fundadoras JBS S.A e Seara Alimentos Ltda.

A organização fomenta projetos a partir de três grandes eixos: Cadeias Produtivas em Áreas Abertas (áreas convertidas), Bioeconomia e Ciência e Tecnologia.

Juntos, eles alavancam e potencializam a produtividade de áreas convertidas com a restauração de áreas degradadas, fortalecem o ecossistema de negócios gerados em torno da floresta em pé e, de maneira transversal e estruturante, apoiam tecnologias disruptivas capazes de gerar agregação de valor e melhorar a infraestrutura de regiões remotas investindo em conectividade, mobilidade e energias renováveis. O Fundo também celebra parcerias e contratos, inclusive financeiros.

O Fundo utiliza a estrutura administrativa de sua associada fundadora JBS S.A., de forma compartilhada, contínua e em caráter gratuito, para o desenvolvimento de suas atividades administrativas, por contrato firmado entre as partes.

O orçamento do Fundo aprovado para o ano de 2024 assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados em 2023.

Por meio do orçamento, as associadas fundadoras (JBS S.A. e Seara Alimentos Ltda.) realizam suas doações, a fim de assegurar a realização do planejamento.

Atualmente o Fundo atua em três eixos:

A) Eixo - Cadeias Produtivas

O eixo Cadeias Produtivas é voltado para o fortalecimento dos elos mais vulneráveis da cadeia da pecuária. É voltado para pequenos produtores que sofrem pressão por desmatamento e que estão, em sua maioria, em áreas degradadas. Essa frente busca a geração de valor para os primeiros elos da cadeia da pecuária, investindo na atividade de cria e recria ligadas aos pequenos e médios produtores. Além disso, o eixo está focado na diversificação dessa cadeia por meio de fomento à implantação de sistemas agroflorestais e outras modalidades de recuperação e reflorestamento.

Os objetivos principais são aumentar a produtividade das áreas, levar transparência para as cadeias, reduzir a emissão de carbono e aumentar a renda dos pequenos produtores. Com isso, o fundo espera criar modelos de negócios auto sustentáveis economicamente ao longo do tempo.

Projetos apoiados:

I. RestaurAmazônia: Possibilita a restauração produtiva e a inclusão socioeconômica de agricultores e agricultoras familiares na região da Transamazônica paraense. Por meio de assistência técnica e melhoria da governança territorial, a iniciativa promove a agricultura de baixo carbono com a implantação de agroflorestas – tendo o cacau como carro-chefe, aliada à pecuária sustentável e à conservação florestal.

Principais ações:

- Implantação de boas práticas agropecuárias via "Assistência Técnica e Extensão Rural" (ATER) com intervenção direta em 3.000 hectares;
- Restauração de 1.500 hectares de áreas degradadas com "Sistemas Agroflorestais" (SAFs) de cacau;
- Aumento da produtividade da pecuária; e
- Fomento de quatro negócios de assistência técnica em associações e cooperativas locais com capacitação de boas práticas agropecuárias de baixo carbono.

II. Corredor Sustentável do Cacau (projeto finalizado em 2023): Fomenta o desenvolvimento de um modelo de Arranjo Produtivo Local (cluster), para a cadeia de produção do cacau rastreável na região do sudoeste do Pará, polo produtor do estado, por meio de articulação multistakeholder, considerando a organização de empresas, cooperativas, ONGs e governo com o objetivo de promover a produção agroflorestal de cacau livre de desmatamento no Pará, criando boas condições de trabalho e renda. O Fundo JBS pela Amazônia apoiou o projeto para desenvolver o modelo de governança que rege o corredor.

Principal ação:

- Modelo de governança para arranjo produtivo local para a cadeia do cacau na região sudoeste do Pará desenvolvido.

III. Programa Juntos: pessoas + floresta + pecuária: o programa desenvolve modelos econômicos para o pequeno produtor de pecuária na Amazônia com foco em aumento da produtividade e renda, garantia de rastreabilidade desde início da cadeia e zero desmatamento.

Ao longo de uma década, estima-se que o programa beneficiará 3.500 famílias na Amazônia Legal, começando pelo Pará. A previsão é dobrar a renda dos produtores e recuperar mais de 50 mil hectares de pastagens. Nas áreas intensificadas, a rentabilidade pode aumentar em até seis vezes, enquanto a área de floresta monitorada deve ultrapassar 380 mil hectares.

No médio e longo prazos, o JUNTOS espera que os hubs se tornem "Business As Usual", independentes e autossustentáveis. O programa também almeja formar novas parcerias para a criação de hubs com modelos inovadores, em conformidade com os critérios estabelecidos.

III.I Rio Capim Agrossilvopastoril: O polo fomentador de negócios que inaugura o programa JUNTOS, busca atrair pequenos produtores de bezerras para transferi-los da cria (fase do nascimento até a desmama) para um sistema de recria (desenvolvimento do animal) com alta rentabilidade, onde a produtividade é maior e o risco é menor.

A cria será feita no modelo intensificado, em uma área recuperada com sistemas silvipastoris. Um sistema de rastreabilidade individual será implementado nessa fase, e garantirá a conformidade produtiva desde a origem. Após a desmama, os bezerras serão conduzidos para as pequenas propriedades que aderirem ao programa, onde os animais ganharão peso nos 12 meses seguintes.

Principais ações:

- Restauração de 550 hectares de áreas degradadas através do sistema silvipastoril, com o plantio de árvores nativas em áreas com produção pecuária (na área de cria);
- Implantação de 680 hectares do sistema integrado de cria-recria, com a produção de 1.200 bezerras rastreáveis e com zero desmatamento;
- Fornecer Assistência Técnica a 25 pequenos produtores no manejo da recria.

B) Eixo - Bioeconomia

O eixo de Bioeconomia é focado na geração e crescimento de iniciativas comerciais capazes de favorecer a manutenção da floresta em pé. Ele busca modelos de negócios de impacto que gerem renda às populações locais, cooperativas e associações comunitárias, bem como às startups.

Projetos apoiados:

I. Programa Economias Comunitárias Inclusivas: desenvolve e fortalece a cadeia produtiva do açaí nas comunidades de Bailique e Beira Amazonas, no Amapá, com o apoio à certificação dos produtos, fábrica para produção de polpa, ampliação do portfólio de produtos de maior valor agregado, automatização para rastreabilidade e gestão de processos, apoio à manutenção de escolas e qualificação de jovens e mulheres. Além de ampliar a renda das famílias locais, o projeto visa consolidar um modelo de bioeconomia inclusiva, que pode ser usado para outras cadeias.

Principais ações:

- Criação e projeção de uma fábrica para produção de polpa de açaí com certificações socioambientais, possibilitando a ampliação do portfólio de produtos de alto valor agregado;
- Estudo sobre a sistematização dos métodos utilizados pelo Programa no território do Bailique, visando sua replicação em outros territórios;
- Apoio na construção do FUTURE (Fundo Territórios Unidos por Recursos para Educação), primeiro fundo patrimonial destinado ao financiamento da manutenção das Escolas Família Agrícolas (EFA) e Casas Familiares Rurais (CFR) na Amazônia;
- Inclusão de jovens e mulheres e a formação de novas lideranças através de cursos de formação continuada;
- Financiamento de linhas de pesquisas aplicadas às demandas do território.

II. Pesca Justa e Sustentável: O projeto, realizado em parceria com a Associação dos Produtores de Carauari (ASPROC), busca potencializar a renda local de negócios comunitários voltados para o manejo sustentável do pirarucu, mantendo a conservação da biodiversidade, o fortalecimento da cadeia extrativista do pirarucu e a melhoria do bem-estar familiar.

Principais ações:

- Elaboração de estudo de viabilidade para indústria de processamento do pirarucu, beneficiando aproximadamente 450 famílias com aumento de renda e produção;
- Elaboração de estudo sobre as capacidades de gestão da ASPROC;
- Reconstrução do entreposto de processamento em Carauari;
- Desenvolvimento de estratégia de acesso a novos mercados.

III. Destruando o Crédito Rural para a Bioeconomia da Floresta (projeto finalizado em 2023): combina orientação técnica para a produção sustentável e desenvolvimento de capacidades locais com a facilitação do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) através da rede de ativadores de crédito, técnicos capacitados e com grande conhecimento do território para melhoria da produção e aumento da renda das unidades familiares (extrativistas, comunidades tradicionais, pescadores e agricultores familiares) e a qualificação das atividades produtivas, em cadeias de valor sustentáveis, vinculadas a negócios comunitários (cooperativas ou associações de produtores).

Principais ações:

- Contratação e treinamento de ativadores locais para apoiar os produtores no acesso ao crédito rural;
- Viabilização de ao menos 2.500 contratos de crédito do "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar" (PRONAF);
- Promoção de consultoria a 15 cooperativas que buscam financiamento e assessoramento periódico em gestão.

IV. AMAZ - Aceleradora e Investimentos de Impacto: coordena um fundo de investimento de financiamento híbrido para acelerar e alavancar negócios da floresta, com estímulo ao ambiente empreendedor e apoio de investidores. São selecionados entre quatro e seis negócios por ano que geram impacto positivo para a Amazônia, contribuem para manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, incrementam a renda para as populações da região.

Principal ação:

- Aceleração de 20 a 30 startups para alavancagem de negócios da floresta, com estímulo ao ambiente empreendedor e apoio de investidores.

V. Mãos Indígenas, Floresta em Pé: o projeto prevê o fortalecimento das iniciativas econômicas indígenas associadas às cadeias de valor da castanha, artesanato e da coleta de sementes para serem usadas na restauração florestal, por meio da capacitação em boas práticas, implementação de infraestrutura e acesso a novos mercados.

Principais ações:

- Promover a conservação florestal de 4,5 milhões de hectares;
- 675 mil hectares de castanha sob boas práticas de manejo;
- Beneficiar cerca de 650 famílias;
- Aumento em cerca de 20% da produção das cadeias da castanha e do artesanato;
- Aumento de 25% na participação de jovens e mulheres.

VI. PAINEL DA FLORESTA: painel de dados que reúne e integra informações sobre três cadeias produtivas da floresta Amazônica: açaí, cacau e babaçu. A base de dados da iniciativa foi desenvolvida a partir de estatísticas colhidas em 35 anos, entre 1986 e 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O painel mais amigável permite a visualização do valor da produção, quantidade em tonelada e região. Também é possível comparar a evolução dos diferentes produtos da bioeconomia no Brasil ao longo do tempo. A segunda fase, iniciada em 2023, incluiu a adição de novas cadeias e a realização de webinars apresentando as cadeias do açaí, cacau, babaçu e castanha.

Principais ações:

- Atualização da ferramenta de análise atual ("dashboard") para uma versão com melhor visualização de bases de dados de cadeias produtivas da bioeconomia;
- Inclusão de análises de novas cadeias no painel;
- Realização de 4 webinars sobre 4 cadeias da sociobiodiversidade amazônica.

VII. "Assistência Técnica e Extensão Rural" (ATER) para a Amazônia (projeto finalizado em 2023): o estudo foi realizado a partir da obtenção de dados primários considerando mais de 80 entrevistados para entender as necessidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias da sociobiodiversidade da Amazônia. Foram analisadas mais de 65 organizações que atuam ou poderiam realizar ATER e foram realizadas cinco oficinas com participação de atores multistakeholders, resultando em cinco planos de ação relacionados aos arranjos institucionais de ATER para cinco cadeias produtivas da biodiversidade amazônica (açaí, cacau, andiroba, castanha e pirarucu) e uma publicação analítica apontando principais soluções sobre o tema.

Principais ações:

- Análise das necessidades e instituições de "Assistência Técnica e Extensão Rural" (ATER) nas cinco cadeias produtivas da biodiversidade na Amazônia analisadas (açaí, cacau, andiroba, castanha e pirarucu);
- Desenho de arranjo institucional para cada uma das cinco cadeias produtivas analisadas;
- Promover publicação online com principais resultados.

VIII. Amazônia que Inspira - Fase 1 (projeto finalizado em 2023): o projeto buscou endereçar os desafios econômicos enfrentados pelas mulheres de comunidades tradicionais na região do Baixo Amazonas. A sua primeira fase foi uma pesquisa para a elaboração de um programa de alavancagem de empreendimentos femininos.

Principal ação:

- Criar um modelo de projeto para um programa de empreendedorismo feminino na Amazônia.

IX. Bluebell – Estudo de valoração dos ativos ambientais em áreas de "Reserva Extrativa" (RESEX) (projeto finalizado em 2023): análise de pré-viabilidade jurídica para o desenvolvimento de projeto(s) de valoração ambiental da empresa Bluebell Index na Resex do Rio Iriri, incluindo desafios e oportunidades para transações de crédito de carbono na área de Resex com o envolvimento da associação de moradores.

Principal ação:

- Estudo de pré-viabilidade para implantação de um modelo de pagamentos por serviços ambientais em áreas protegidas de "Reserva Extrativa" (RESEX), com um projeto piloto sendo analisado no projeto "Cantinas da Terra do Meio".

X. Educação Resex: a iniciativa tem como objetivo o desenvolvimento de um Programa de Educação Técnica e Profissional para jovens em Reservas Extrativistas (Resex) e um projeto-piloto para jovens moradores na Resex Chico Mendes, no Acre.

Principais ações:

- Criação de um grupo de trabalho diversificado formado por técnicos, lideranças e estudantes com experiência de educação em Reservas Extrativistas;
- Elaboração de um formulário para conhecimento do perfil e das expectativas dos jovens moradores em Resex;
- Mapeamento da literatura e visitas a projetos selecionados, análise de experiências diferenciadas e identificação de modelos em educação;
- Elaboração de um relatório constando diretrizes para a elaboração do Programa e do Projeto Piloto a ser implantado na Resex Chico Mendes.

XI. Amazônia em Casa, Floresta em Pé: Coletivo que fomenta cadeias produtivas sustentáveis e empreendimentos de impacto. Promove o acesso ao mercado dos produtos da sociobiodiversidade da Amazônia. A iniciativa leva os produtos da floresta para todo Brasil e para o mundo a preços competitivos, garantindo a manutenção da floresta em pé e a geração de emprego e renda para famílias e comunidades locais.

Principal ação:

- Desenvolver o modelo de negócio do coletivo de marcas da Amazônia em Casa, Floresta em Pé e torná-lo uma solução sistêmica e sustentável para alavancar as vendas e as estratégias de acesso ao mercado de empreendimentos amazônicos.

C) Eixo - Ciência e Tecnologia

Este eixo é transversal à frente de Cadeias Produtivas/Áreas abertas e Degradadas e à Bioeconomia. É uma frente estruturante, voltada para a adaptação e criação de tecnologias disruptivas voltadas para bioprodutos e para a mobilidade, conectividade e energia.

Projetos apoiados:

I. Parceria Técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA): Em 2021, o Fundo JBS pela Amazônia e a EMBRAPA selaram uma parceria técnica para o desenvolvimento de novas matérias-primas, ingredientes, produtos e tecnologias para agregar valor às cadeias produtivas e à bioeconomia. Entre elas está o desenvolvimento de uma base de dados para a identificação de espécies vegetais e o mapeamento do estoque de carbono da Amazônia.

I.I. Geoflora - Automação Florestal e Especialização dos Estoques de Carbono em Ecossistemas Florestais na Amazônia (parceiro: Embrapa Acre): projeto de pesquisa que visa validar a dinâmica do carbono das espécies florestais em diferentes usos do solo por meio de tecnologia de ponta, produzindo resultados que poderão contribuir para o monitoramento de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEEs), do desmatamento, bem como valoração de ativos ambientais da Amazônia.

Principais ações:

- Desenvolvimento de banco de dados de imagens catalogadas para espécies florestais de interesse econômico;
- Ajuste de algoritmos para inventários florestais de espécies madeireiras e não-madeireiras da Amazônia;
- Produção de modelos de estimativa de dinâmica, estoques de biomassa e mapas de biomassa de alta resolução para áreas de interesse estratégico para subsidiar políticas públicas de uso sustentável (manejo florestal) e pagamento de serviços ambientais (estoques de carbono);
- Produção de modelos de fatores de emissão de carbono, de biomassa e solos em ambientes de manejo florestal; e
- Disponibilização de tecnologia de ponta de alta precisão e baixo custo (patente).

II. INOVAMAZÔNIA - Ingredientes para o mercado de alimentos vegetais: Fomenta o desenvolvimento de soluções inovadoras e ingredientes à base de plantas vegetais para a indústria alimentícia a partir de espécies nativas do bioma amazônico. Serão financiadas sete pesquisas para investigação do potencial de utilização de espécies nativas da Amazônia, sendo priorizados estudos que buscam processos tecnológicos inovadores, envolvam comunidades locais e utilizem resíduos das cadeias de produção já existentes.

Principal ação:

- Financiamento de pesquisas para utilização de espécies nativas do Bioma Amazônico (Cupuaçu, Guaraná, Castanha-do-Pará, Babaçu, Cogumelos, entre outras) no desenvolvimento de novos ingredientes e produtos para o mercado de alimentos de base vegetal.

III. Bioplástico da Amazônia polipropileno verde: potencializa a inovação da bioeconomia na Zona Franca de Manaus, com o apoio de pesquisas de universidades, será desenvolvido um biocomposto para substituição do polipropileno (PP) a partir do aproveitamento de fibras do ouriço da castanha-do-Pará coletado por cinco comunidades de Lábrea (AM).

Principal ação:

- Desenvolvimento de material biodegradável através do aproveitamento de fibras amazônicas.

IV. Proteínas da Amazônia: Iniciativa voltada para o desenvolvimento de alternativas para a extração de proteínas vegetais de subprodutos da castanha-do-Pará e do cupuaçu e aplicações na indústria alimentícia. O Fundo JBS pela Amazônia apoiou o estudo de viabilidade técnica e econômica com prova de conceito da tecnologia de extração das proteínas.

Principal ação:

- Apoio a pesquisa de viabilidade técnica e econômica para extração da proteína das tortas de Cupuaçu e Castanha-do-Pará (parte envoltória ou interna de sementes dos frutos).

V. Novas Tecnologias para Embarcações nas Comunidades Amazônicas: Mapeamento de tecnologias para a eletrificação de pequenas embarcações na região. O projeto tem como objetivo pivotar o desenvolvimento de pequenas embarcações elétricas na Amazônia e incentivar novos mercados a proporcionar acessibilidade, logística e qualidade de vida para as pessoas de forma limpa e sustentável.

Principais ações:

- Listar as 3 melhores equipes com competências para realizar um projeto piloto para o desenvolvimento do "kit" de acordo com os requisitos definidos pelo Fundo;
- Desenvolver uma proposta de Projeto Piloto contendo o escopo técnico e projeto da embarcação elétrica, contendo cronograma de execução, orçamento, modelo de negócio e parceiros estratégicos para a execução do Projeto Piloto;
- Desenvolver o projeto piloto, construindo um protótipo da embarcação e testando em uma comunidade ribeirinha.

VI. Conexão Povos da Floresta: O projeto tem a missão de levar internet para 1 milhão de pessoas (mais de 4 mil comunidades amazônicas, incluindo comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e extrativistas). O Fundo apoiou o piloto com a instalação de internet em 43 comunidades e 22 kits instalados em comunidades indígenas.

Principal ação:

- Implementar kit de internet em 30 comunidades.

2 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Fundo foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

A preparação das demonstrações contábeis, em conformidade com o CPC PME, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dessa forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A entidade não possui nenhum item de outros resultados abrangentes, e portanto, não está sendo apresentada a Demonstração do resultado abrangente.

a. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Fundo. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

Premissas e incertezas de estimativas: Informações sobre as premissas e incertezas de estimativas na data de encerramento das demonstrações contábeis que têm um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

a. Principal premissa utilizada ativo imobilizado (nota 7)

A Empresa revisa tempestivamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de bancos e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo. O valor contábil desses ativos se aproxima de seus valores justos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixas e Bancos	50	5.835
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	2.675	19.688
	<u>2.725</u>	<u>25.523</u>

⁽¹⁾ Referem-se a operações de renda fixa, realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha com rendimentos pós-fixados, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

4 Empréstimos concedidos a terceiros

O Fundo iniciou a operação de fomentar projetos através da concessão de empréstimos na modalidade de capital catalisador, ou seja, em condições especiais ao mercado (prazo, taxa e garantia). Este formato tende a ser mais adequado para o apoio a processos produtivos que almejem a sustentabilidade econômico-financeiro, ainda que o capital filantrópico possa ser utilizado de forma complementar para contornar desafios estruturantes. Ao utilizar essa modalidade de investimento o Fundo procura catalisar negócios capazes de alavancar os impactos almejados nos eixos de atuação. Com isso, procura fortalecer os agentes locais capazes de acelerar, replicar e perpetuar soluções para as cadeias produtivas tanto nas áreas abertas como na bioeconomia da floresta.

Prazo do contrato de 16 (dezesesseis) meses com carência de 4 (quatro) meses, para o início dos pagamentos; taxa de juros prefixada de 5% (cinco por cento) a.a.; prazo de pagamento de 12 (doze) meses; e prestações mensais e crescentes, que possibilitam a captura de retorno para viabilizar a adimplência.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e do Beira Amazonas - AMAZONBAI	506	--	--	--
	<u>506</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>--</u>

Movimentação dos empréstimos

	31.12.2022	Concessão	Recebidos	Juros	31.12.2023
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e do Beira Amazonas - AMAZONBAI	–	600	(100)	6	506
	–	600	(100)	6	506

5 Créditos com terceiros

O Fundo destinou R\$ 6 milhões através da Cédula de Produtor Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), emitida pela Belterra Silvipastoril Ltda., para financiamento de produção de pecuária de corte sustentável na Amazônia, a partir da recuperação de pastagens, intensificação de produção e parcerias com pequenos produtores. Estes recursos serão destinados para custear as atividades relacionadas à implementação e operação de sistema de Silvipastoril em fazendas de criação e em pequenas propriedades parceiras, que pode incluir: reforma de pastagens; custos de aquisição de animais e insumos; bem como de mão de obra internos e externos e de acordo com seu objeto social.

A CPR-F financiará o investimento e o capital de giro para a Belterra e 25 fazendas parceiras, localizadas na Região da Amazônia Legal, em fazendas de cria na região de Tailândia/PA e fazendas de recria na região de Paragominas/PA, para produzirem 1.200 cabeças de gado por ano de forma sustentável e com rastreabilidade para venda a fazendas de engorda ou confinamentos. O recurso possibilitará a produção de bezerras de baixo carbono em fazendas arrendadas pela Belterra, através da recuperação de 500ha de pastagens com a implementação de sistemas rotacionados e a aquisição de matrizes. O recurso também será utilizado para a assistência técnica e aquisição de insumos para o manejo de pastagens nas 25 pequenas propriedades parceiras que farão a recria dessa produção por 12 meses.

O prazo do contrato é de 9 (nove) anos, com carência de 3 (três) anos para o início dos pagamentos de amortização do principal, que serão anuais e crescentes. Os juros serão pagos anualmente, desde o primeiro ano, à taxa equivalente à variação do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPC-A), acrescido de 4% (quatro por cento) a.a. prefixado.

Operação está garantida por aval.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Belterra Silvipastoril Ltda	32	–	6.000	–
	32	–	6.000	–

Movimentação dos créditos

	31.12.2022	Aporte	Recebidos	Juros	31.12.2023
Belterra Silvipastoril Ltda	–	6.000	–	32	6.032
	–	6.000	–	32	6.032

6 Impostos à recuperar

	31.12.2023	31.12.2022
IRPJ à recuperar	358	22
CSLL à recuperar	540	–
	898	22

Baseado em uma opinião formal dos assessores jurídicos da JBS S.A., o Fundo vinha recolhendo CSLL (9%) e IRPJ (25% + adicional de 10%, compensando o IRRF), calculados sobre as receitas de aplicações financeiras. Em Agosto de 2023, essa opinião foi reformada, com a orientação do não recolhimento de CSLL e IRPJ sobre referidas receitas, restando o IRRF como definitivo, alocado contabilmente como despesa financeira.

Assim o valor recolhido indevidamente será ressarcido. O Fundo reconheceu, ainda no encerramento do presente período, o montante de R\$ 898 como impostos à recuperar no ativo circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Ano-Calendário de 2023	Ano-Calendário de 2022	Ano-Calendário de 2021	Atualização Selic	Total
Impostos recuperados					
IRPJ	62	257	12	27	358
CSLL	121	347	31	41	540
	183	604	43	68	898

O total detalhado acrescido da variação da taxa SELIC, será objeto de compensação com tributos e contribuições federais futuros, com previsão de período de seis meses para a exaustão do mesmo.

7 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Os custos subsequentes a uma aquisição ou construção, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção, são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso. Não houve perdas de valor recuperável no período de reporte corrente.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	Vida útil dos ativos Imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
				31.12.2023	31.12.2022
Equipamentos de informática	De 3 até 12 anos	77	(50)	27	42
Equipamento de Comunicação	De 3 até 12 anos	6	(1)	5	-
		83	(51)	32	42

Movimentação do imobilizado

	31.12.2022	Adições	Depreciação	31.12.2023
Equipamentos de informática	42	9	(24)	27
Equipamentos de comunicação	-	6	(1)	5
	42	15	(25)	32

8 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante.

	31.12.2023	31.12.2022
Serviços	18	252
Materiais	8	-
	26	252

9 Obrigações fiscais

O Fundo é contribuinte do PIS sobre a folha de pagamento e COFINS sobre as receitas financeiras, além de ser responsável pelas retenções e recolhimentos de ISS, INSS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF sobre serviços contratados de terceiros.

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições incidentes sobre as operações:		
PIS sobre folha de pagamento	3	5
COFINS sobre receitas financeiras	3	16
	6	21
Retenções de Impostos e contribuições sobre serviços contratados de terceiros:		
PIS, COFINS, CSLL e IRPJ retidos a recolher	3	8
Subtotal	9	29
Imposto de renda e contribuição social a pagar s/ receitas financeiras	-	618
Total	9	647

10 Obrigações trabalhistas e sociais

	31.12.2023	31.12.2022
Férias e encargos a pagar	319	404
Salários e encargos sociais	207	214
Imposto de renda retido na fonte a recolher	121	168
Outras obrigações	3	4
	650	790

11 Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social, o Fundo deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participações no seu superávit.

Através da deliberação de aprovação o déficit do exercício será absorvido ao patrimônio social.

12 Doações recebidas

As receitas sociais são oriundas de doações e contribuições associativas recebidas, registradas mediante a documentação hábil de acordo com a modalidade restritiva, sendo:

a. Doações recebidas sem restrições, para utilização em projetos: São doações recebidas das associadas fundadoras, associadas e terceiros com o objetivo de serem utilizadas em qualquer um dos projetos apoiados pelo Fundo. São reconhecidos como receita em conta específica quando da efetiva entrada dos recursos;

b. Doações recebidas para administração institucional: São doações recebidas das associadas fundadoras, associadas e terceiros com o objetivo de serem utilizadas na manutenção das atividades administrativas do Fundo. São reconhecidos como receita em conta específica quando da efetiva entrada dos recursos;

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações para aplicação em projetos e administração institucional	1.580	6.041
Total das doações recebidas	<u>1.580</u>	<u>6.041</u>

13 Trabalho voluntário

O Fundo obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário pelos: Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivo, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e por outros serviços voluntariados, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
a) Honorários dos Conselheiros		
Conselho da Administração	337	322
Conselho Fiscal	506	483
Conselho Consultivo	2.025	2.095
	<u>2.868</u>	<u>2.900</u>
b) Compartilhamento da Infraestrutura Administrativa da JBS		
Compartilhamento Administrativo	531	501
	<u>3.399</u>	<u>3.401</u>

Não houve, para nenhum dos valores acima, desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, e sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

14 Despesas com projetos

Despesas com projetos e despesas operacionais

As despesas do Fundo se dividem em Despesas com Projetos e Despesas Operacionais, sendo:

- **Despesas com projetos:** São doações realizadas pelo Fundo para aplicação nos projetos apoiados. São registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos
- **Despesas operacionais:** São os gastos incorridos pelo Fundo na execução de suas atividades. As despesas são registradas pelo regime de competência e estão divididas em despesas administrativas e gerais, despesas com propaganda e marketing e impostos e taxas.

Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD

• Sobre as doações recebidas:

Em 21 de julho de 2021 nos termos do §2º do art. 6º da Lei 10705/00, na redação da Lei 10992/01, do §1º do art. 6º e do art. 9º do Decreto 46655/02, o Fundo obteve isenção de ITCMD para as doações recebidas, que a partir dessa data, o Fundo está isento de recolher ITCMD para doações recebidas. Essa isenção é válida por três anos. Não há incidência de ITCMD sobre doações recebidas de Contribuições Associativas e quando a doação for inferior a 2.500 UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), equivalentes a R\$ 85.650,00 em 31 de dezembro de 2023.

• Sobre as doações efetuadas:

A obrigação de recolher o ITCMD incidente sobre as doações efetuadas é das donatárias, exceto quando definido em contrato e acordado entre as partes, o Fundo assume essa responsabilidade.

A seguir a abertura dos recursos aplicados por projeto apoiado:

	2023	2022
RestaurAmazônia	(3.339)	(6.598)
Programa Economias Comunitárias Inclusivas	(2.022)	(3.669)
Destravando Crédito Rural para Bioeconomia da Floresta	(467)	(560)
Projeto IDESAM_AMAZ - Aceleradora e Investimentos de Impacto	(72)	(184)
Parceria Técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	(598)	(1.345)
Instituto Escolhas_ATER	(45)	-
Mulheres do Brasil Amazônia que Inspira	(48)	(146)
Projeto BLUEBELL - Estudo Viabilidade de PSA em Áreas de Resex	(29)	-
Bioplástico da Amazônia	(255)	(431)
Projeto GFI_Inova Amazônia	(1.310)	(25)
Mãos Indígenas Floresta em Pé	(807)	(982)
Projeto Systemic_Corredor de Cacau Sustentável	45	(405)
Projeto Senai_Proteínas da Amazônia	-	(139)
Novas Tecnologias para Embarcações nas Comunidades Amazônicas	(1.055)	(101)
Dashboard Piloto Cadeia da Bioeconomia	(178)	(15)
Projeto Play Consultoria_Amazônia em Casa	(20)	-
IEA_Educação RESEX	(139)	-
Instituto Conexão Povos da Floresta	(962)	-
Climate_Amazonia em Casa	(30)	-
Belterra AMA	(433)	-
	<u>(11.764)</u>	<u>(14.600)</u>
ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação	(283)	(231)
Total das despesas com projetos	<u>(12.047)</u>	<u>(14.831)</u>

15 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

	2023	2022
Despesas administrativas e gerais		
Salários e benefícios	(4.707)	(4.620)
Honorários e serviços e outros	(980)	(1.173)
Pré-projetos e análises de viabilidade ⁽¹⁾	(117)	(1.125)
Impostos e taxas	(544)	(8)
Depreciação	(25)	(19)
	<u>(6.373)</u>	<u>(6.945)</u>
Trabalho voluntário (nota 12)	(3.399)	(3.401)
Propaganda e Marketing		
Despesas com patrocínio	(136)	(125)
Despesas com propaganda e publicidade	(37)	(69)
Brindes	(3)	(14)
Feiras e eventos	(9)	(37)
	<u>(185)</u>	<u>(245)</u>
Total das despesas operacionais	<u>(9.957)</u>	<u>(10.591)</u>

⁽¹⁾ Pré-Projetos e análises de viabilidade:

Corresponde as despesas associadas a pré-projetos e avaliações prévias que precedem investimentos de maior magnitude, ou seja, projetos substanciais que demandam alocação significativa de recursos financeiros.

Os pré-projetos e projetos-piloto representam uma etapa crucial no processo decisório, pois envolvem análises detalhadas para avaliar a viabilidade, riscos e benefícios potenciais dos investimentos maiores que se seguirão, ou não.

As despesas associadas aos pré-projetos podem não ser imediatamente visíveis em relação aos resultados finais dos projetos maiores, porém, desempenham um papel fundamental na estratégia de mitigação de riscos e no planejamento adequado de recursos.

As despesas registradas nessa rubrica incluem, mas não se limitam a:

Estudos de Viabilidade: Avaliações detalhadas são conduzidas para determinar a viabilidade técnica, econômica e operacional dos projetos maiores. Isso envolve análises de mercado, análises de custos e benefícios, entre outros.

Análises de Risco: São realizadas análises de risco para identificar possíveis obstáculos e desafios que podem impactar a execução bem-sucedida dos projetos maiores. Essas análises ajudam a implementar estratégias de mitigação apropriadas.

Planejamento Financeiro Preliminar: Os pré-projetos também exigem estimativas iniciais de despesas, que fornecem uma base para o planejamento financeiro futuro caso o investimento maior seja aprovado.

Consultorias e Serviços Especializados: O engajamento de consultores e especialistas é comum durante a fase de pré-projetos, auxiliando na análise técnica, legal, ambiental e regulatória, conforme necessário.

16 Resultado Financeiro

	2023	2022
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	1.953	2.979
Recuperação de Despesas	649	-
Juros sobre empréstimos concedidos a terceiros	16	-
Juros sobre créditos com terceiros	32	-
Juros selic sobre créditos fiscais	68	-
(-) Cofins sobre receitas financeiras	(79)	(132)
(-) IOF sobre empréstimos concedidos a terceiros	(10)	-
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre receitas financeiras	-	(1.172)
	2.629	1.675
Despesa financeira		
Juros passivos	(12)	-
	(12)	-
Total do resultado financeiros líquido	2.617	1.675

17 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Fundo opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação. Nesta categoria o Fundo classifica "CDB's e títulos públicos".
- Custo amortizado: Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio do Fundo é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que constituam exclusivamente recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria o Fundo classifica, principalmente, "Aplicação financeira; Caixa e bancos; Empréstimos concedidos a terceiros; Créditos com terceiros; Fornecedores e Outros passivos circulantes".

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações contábeis do Fundo, conforme quadro abaixo:

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicação financeira	3	2.675	19.688
Custo Amortizado			
Caixa e bancos	3	50	5.835
Empréstimos concedidos à terceiros	4	506	-
Créditos com terceiros	5	6.032	-
		9.263	25.523
Passivos financeiros			
Custo Amortizado			
Fornecedores	7	(26)	(252)
Outros passivos circulantes		(6)	(1)
		(32)	(253)

De acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, existem três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo, sendo:

Nível A: A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou valor similar) em mercado ativo.

Nível B: Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo.

Nível C: Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O Fundo mensura seus instrumentos financeiros a valor justo de acordo com o Nível A.

Conforme quadro abaixo:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Nível A	Total	Nível A	Total
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	50	50	5.835	5.835
Aplicação financeira	2.675	2.675	19.688	19.688
Empréstimos concedidos à terceiros	506	506	-	-
Créditos com terceiros	6.032	6.032	-	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	(26)	(26)	(252)	(252)
Outros passivos circulantes	(6)	(6)	(1)	(1)

O Fundo está sujeito aos seguintes fatores de risco:

Risco de liquidez

É o risco de o Fundo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem do Fundo na administração da liquidez é de garantir, por meio da administração de caixa, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações.

Risco de crédito

O Fundo está sujeito a riscos de crédito relacionados às suas aplicações financeiras (nota 3), aos empréstimos concedidos à terceiros (nota 4) e aos créditos com terceiros (nota 5).

Para o caso das aplicações financeiras, que têm como contraparte instituições financeiras, o Fundo emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos da JBS, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Créditos com terceiros está lastreado por uma Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F) e tem a garantia de aval (Nota 5).

O Fundo considera que um ativo financeiro está inadimplente quando:

. É improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações ao Fundo e não há chance de regresso para o Fundo; ou

. As perdas são esperadas com base no histórico operacional e crédito do devedor.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, na data de encerramento destas demonstrações contábeis, foi:

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Aplicação financeira	3	2.675	19.688
Empréstimos concedidos à terceiros	4	506	-
Créditos com terceiros	5	6.032	-
		9.213	19.688

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que o Fundo pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. O Fundo possui ativos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor – Amplo) e taxa pré-fixada.

Abaixo, apresentamos as exposições a esse fator de risco.

Risco de taxa de juros

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Exposição de ativo à taxa CDI			
Aplicações financeiras	3	2.675	19.688
Exposição de ativo à taxa pré fixada			
Empréstimos concedidos a terceiros	4	506	-
Exposição de ativo à taxa pré IPCA			
Créditos com terceiros	5	6.032	-
		9.213	19.688

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia Taxa		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
CDI	Redução	11,65 %	11,50 %	(1)	8,74 %	(78)	5,82 %	(156)
IPCA	Redução	4,68 %	4,67 %	-	3,51 %	(6)	2,34 %	(13)
Pré-fixado	Redução	5,00 %	4,95 %	(3)	3,75 %	(75)	2,50 %	(150)

18 Renúncia Fiscal

De acordo com a Lei 9.532/97 artigos 12 e 15 e MP 2.158/35, o Fundo possui as seguintes isenções e incentivos fiscais:

Isenções sobre as receitas decorrentes de atividades próprias ao Fundo:

- IRPJ e CSLL;
- PIS e COFINS;
- ITCMD sobre doações recebidas ⁽¹⁾

⁽¹⁾ O Fundo possui isenção de ITCMD para doações recebidas a partir de 21 de julho de 2021 com validade de três anos, renovável.

Incentivos:

- PIS - alíquota de 1% sobre a folha de pagamento;
- COFINS - alíquota de 4% sobre receitas financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho:	Gilberto Tomazoni
Vice-Presidente:	Jeremiah Alphonsus O'Callaghan

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho:	Adrian Lima da Hora
Membro do Conselho:	Demetrius Nichele Macei
Membro do Conselho:	Orlando Octávio de Freitas Júnior

Diretora Executiva:	Andrea Aguiar Azevedo
----------------------------	-----------------------

Diretor de Contabilidade:	Agnaldo dos Santos Moreira Jr. (CRC SP: 244207/O-4)
----------------------------------	---

* * * * *